

Arrendamento Apoiado: A articulação entre o CPA, os Regulamentos e o Código Civil

Enquadramento

O **Regime Jurídico do Arrendamento Apoiado** implica a articulação de diferentes instrumentos normativos, assumindo especial relevância a Lei n.º 81/2014, os Regulamentos Administrativos, o Código do Procedimento Administrativo (CPA) e o Código Civil.

A **gestão do Arrendamento Apoiado** desenvolve-se através de procedimentos administrativos suscetíveis de produzir efeitos relevantes na esfera jurídica dos particulares, exigindo uma **correta aplicação das regras relativas à tramitação procedimental, fundamentação administrativa, notificações, garantias dos interessados e atuação regulamentar das entidades públicas**.

Paralelamente, a remissão legal para o Código Civil levanta importantes questões práticas relacionadas com a aplicação subsidiária das normas civis, os limites do poder regulamentar e a identificação das normas imperativas que não podem ser afastadas pela regulamentação administrativa.

A presente ação de formação pretende proporcionar uma abordagem prática e integrada dos principais desafios jurídicos associados à gestão do arrendamento apoiado, analisando a articulação entre os diferentes regimes jurídicos aplicáveis e os limites da atuação administrativa nesta matéria.

Objetivos

A ação de formação visa proporcionar uma visão prática e integrada do regime jurídico do arrendamento apoiado, analisando a articulação entre a Lei n.º 81/2014, o Código do Procedimento Administrativo (CPA), os regulamentos administrativos e o Código Civil.

Pretende-se, em especial:

- Compreender a articulação entre o regime do arrendamento apoiado, os regulamentos administrativos e o Código Civil.
- Identificar o âmbito de aplicação do CPA nos diferentes procedimentos relacionados com o arrendamento apoiado.
- Analisar o papel subsidiário do Código Civil e os limites à sua derrogação ou afastamento por via regulamentar.
- Refletir sobre os limites jurídicos do poder regulamentar na gestão do arrendamento apoiado.
- Aplicar corretamente regras essenciais relativas à instrução procedimental, fundamentação, audiência dos interessados e notificações administrativas.
- Identificar riscos de invalidade procedimental e desconformidade regulamentar;
- Analisar questões práticas relacionadas com a gestão administrativa do arrendamento apoiado.

Programa

1. O Regime Jurídico do Arrendamento Apoiado

- Enquadramento jurídico do arrendamento apoiado;
- A natureza jurídica do arrendamento apoiado;
- A articulação entre a Lei n.º 81/2014, os regulamentos administrativos, o CPA e o Código Civil;
- A coexistência entre normas administrativas e normas de direito privado.

2. O Código Civil e a respetiva Aplicação no Arrendamento Apoiado

- O papel subsidiário do Código Civil;
- A aplicação das normas civis na relação de arrendamento apoiado;
- Normas imperativas, normas dispositivas e limites à respetiva derrogação: O que pode — e o que não pode — ser densificado ou afastado por regulamento administrativo;
- O alcance da autonomia regulamentar das entidades públicas;
- Problemas práticos na articulação entre o regime administrativo e o regime civil.

3. Regulamentos Administrativos e Gestão do Arrendamento Apoiado

- Regulamentos administrativos e concretização da Lei n.º 81/2014;
- O poder regulamentar na gestão do arrendamento apoiado;
- Regulamentos administrativos e princípio da legalidade;
- Limites jurídicos da atuação regulamentar;
- Desconformidade regulamentar, invalidade e consequências jurídicas.

4. O CPA e os Procedimentos Administrativos no Arrendamento Apoiado

- O CPA aplicado aos procedimentos relacionados com o arrendamento apoiado;
- Princípios fundamentais da atividade administrativa;
- Instrução procedimental e recolha de elementos;
- Audiência dos interessados e participação procedimental;
- Fundamentação administrativa;
- Notificações administrativas;
- Garantias procedimentais dos particulares.

5. Questões Práticas, Invalidez e Contencioso

- Questões práticas na gestão administrativa do arrendamento apoiado;
- Invalidez procedimental e consequências jurídicas;
- Invalidez regulamentar;
- Garantias administrativas dos particulares;
- Reclamações, recursos administrativos e impugnação contenciosa;
- Tutela jurisdicional no âmbito do arrendamento apoiado.

Formadora

Márcia Albuquerque Saraiva

Licenciatura em Direito pela Universidade Católica do Porto;
Responsável pelo Gabinete Jurídico e Contencioso da Empresa Municipal MatosinhosHabit, EM desde 2016;
Advogada desde 2004;
Exerceu funções como assessora de grupo parlamentar no Parlamento Europeu entre 1998 e 2004;
Pós-graduação em Direito administrativo, Pós-graduação em Regulamento geral de proteção de dados, e Pós-Graduação de Especialização em Direito na área de Direito Público, Internacional e Europeu (parte curricular de mestrado em Direito Público, Internacional e Europeu) todos pela UCP-Porto.

Destinatários

Dirigentes e Quadros Técnicos da Administração Pública.

Regras de funcionamento

- O Seminário tem o formador presente, em direto com os participantes, realizando a formação através da plataforma ZOOM;
- Esta formação é certificada;
- Durante as sessões os participantes poderão colocar questões verbais, mediante as regras que serão anunciadas no início da formação (quais os tempos, em que fase, qual a ordem, etc.). Ainda durante as sessões haverá possibilidade também de colocação de questões por escrito ao formador, através do chat do ZOOM. As questões serão respondidas durante a sessão ou, na sessão subsequente, mediante envio de documento com as possíveis respostas;
- Será fornecida toda a documentação de suporte à formação.

Independentemente da duração do seminário:

- Para a emissão do Certificado, é necessária uma taxa de presença mínima de 80%;
- Se a taxa de presença for inferior a 80% e superior a 50%, será emitido um Certificado de Presença com a indicação do número de horas frequentado;
- Se a taxa de presença for igual ou inferior a 50%, será emitida uma Declaração.

Inscrições

Limite de inscrições: 25 participantes

Inscrição: 220 € + IVA (23%)

Inscrição de dois ou mais participantes da mesma entidade: 190 € + IVA (23%), por participante

Inclui:

- Documentação;
- Certificado de participação.

Como reservar a sua participação

Poderá fazer a inscrição no nosso site www.quadrosemetas.pt.

Se preferir, poderá fazer download da ficha de inscrição disponível no nosso site e enviar via e-mail (info@quadrosemetas.pt).

Se desejar, e uma vez que o número de inscrições é limitado, poderá efetuar uma pré-marcação telefónica e confirmar posteriormente através do envio da ficha de inscrição.



Condições de pagamento

O pagamento deverá ser efetuado por transferência bancária (CGD, IBAN: PT50 0035 0651 0051 0352 9303 8) ou por cheque (à ordem da Quadros & Metas – Consultores de Gestão e Formação, Lda., contribuinte nº 503 586 730).

O cancelamento da inscrição só dará lugar ao reembolso se for efetuado 10 dias úteis antes da realização do Seminário. Após esse período o cancelamento, se for efetuado até 5 dias úteis antes da realização do seminário, dará lugar à retenção de 25% do pagamento, para compensação das despesas administrativas realizadas. Os cancelamentos efetuados com menos de 3 dias úteis da data de realização do seminário serão faturados na sua totalidade.

A Quadros & Metas aceita, mediante comunicação escrita, que qualquer pessoa inscrita possa ser substituída.

Gestora da Formação

Carina Romano
carina.romano@quadrosetas.pt
228 301 302

